

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

19/06/2026

Sumário

1. TCE aprova as contas de Caiado relativas ao exercício do ano de 2025
2. Daniel Vilela propõe regras para divisão do teto de gastos entre os Poderes - Jornal Opção
3. Governo decide atender despesas adicionais dos poderes e órgãos
4. Estado lista 12 áreas em 4 municípios para novo fundo imobiliário
5. Imóveis do governo a serem negociados em fundo imobiliário têm até 684 mil metros quadrados; veja lista

DIÁRIO DA MANHÃ - GO • impresso • tce-go
18/06/2026 03:00

TCE aprova as contas de Caiado relativas ao exercício do ano de 2025

Visualizar notícia

NOS LIMITES

TCE aprova as contas de Caiado relativas ao exercício do ano de 2025

Relatório mostra aumento da arrecadação com equilíbrio fiscal e ampliação dos investimentos



Plenário do Tribunal de Contas do Estado: contas aprovadas

Redação Online

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) aprovou, na terça-feira (16/6), o parecer prévio das Contas Anuais do Governador referentes ao exercício de 2025, último ano completo da gestão do ex-governador Ronaldo Caiado. O parecer foi emitido pelo Pleno da Corte, sob relatoria do conselheiro Sebastião Tejota.

Ao votar pela aprovação, Tejota destacou o cumprimento das exigências constitucionais nas áreas de saúde e educação, das metas fiscais e dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. "Os gastos com pessoal permaneceram abaixo do limite legal, alcançando 50,7% da receita", afirmou.

A secretária da Economia, Renata Lacerda Nolêto, afirmou que a aprovação das contas reforça a consistência do trabalho desenvolvido pelo Estado na gestão das finanças públicas. "O resultado demonstra o compromisso permanente com a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos e com uma gestão cada vez mais transparente, eficiente e orientada à entrega de resultados para a população", destacou.

As contas receberam determinações e recomendações pontuais que serão analisadas e acolhidas pela Secretaria da Economia. "Temos buscado evoluir continuamente na qualidade das informações apresentadas e vamos avaliar as recomendações do tribunal, como já vem ocorrendo nos últimos exercícios", afirmou o superintendente Central de Contabilidade, Ricardo Borges de Rezende.

Para o subsecretário do Tesouro Estadual, Wederson Xavier de Oliveira, o resultado reflete o compromisso do Estado com a responsabilidade fiscal e a qualidade da informação contábil e financeira. "A aprovação das contas demonstra o cumprimento dos limites legais e fiscais e reforça a solidez da gestão das finanças públicas estaduais", disse.

Indicadores

O relatório destacou o crescimento da arrecadação estadual, a manutenção do equilíbrio fiscal e financeiro e a ampliação dos investimentos públicos. Em 2025, a receita líquida do Estado alcançou R$ 49,6 bilhões, enquanto os investimentos somaram R$ 7,21 bilhões, o maior volume da série histórica em valores reais. As disponibilidades de caixa atingiram R$ 13,9 bilhões, assegurando elevada capacidade de pagamento.

O documento também registra que Goiás alcançou o menor nível de endividamento bruto desde a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, com dívida consolidada equivalente a 62,6% da Receita Corrente Líquida (RCL).

Outro destaque foi a conclusão da transição do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) para o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), com potencial de economia estimada em R$ 26 bilhões no serviço da dívida ao longo de 30 anos.

A apreciação das contas contou com participação do procurador-geral do Ministério Público de Contas do Estado de Goiás, Fernando dos Santos Carneiro. Com a emissão do parecer prévio, o processo segue para a Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), responsável pelo julgamento definitivo das contas.

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
18/06/2026 14:41

Daniel Vilela propõe regras para divisão do teto de gastos entre os Poderes - Jornal Opção

Visualizar notícia

Fonte original

O governo de Goiás encaminhou à Assembleia Legislativa um projeto de lei para regulamentar a repartição do limite global de despesas primárias entre os Poderes e órgãos autônomos.

A medida, conforme o texto do projeto ao qual o Jornal Opção teve acesso, visa adequar o Estado ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), instituído pela legislação federal em 2025.

A proposta estabelece limites individualizados para o Executivo, Tribunal de Justiça de Goiás, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas dos Municípios, Ministério Público, Defensoria Pública e a própria Assembleia Legislativa de Goiás.

Os limites, ainda segundo a proposta enviada ao Legislativo nesta quarta-feira, 17, serão definidos com base nas dotações orçamentárias vigentes. Os valores serão atualizados anualmente pelo mesmo índice aplicado ao limite global do Estado no âmbito do Propag.

O Poder Executivo ficará com a parcela residual do limite global, após a dedução das fatias destinadas aos demais órgãos. Um ponto central do projeto determina que os gastos com inativos e pensionistas sejam computados no limite do Poder ou órgão de origem.

Essa regra vale mesmo que o pagamento seja executado pela Goiás Previdência (GoiasPrev), garantindo a rastreabilidade e a responsabilização direta de cada ente pelo seu teto.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) será o responsável por fiscalizar o cumprimento dessas metas até o segundo bimestre do ano seguinte. Órgãos que descumprirem seus limites individuais ficarão sujeitos a vedações orçamentárias e financeiras no exercício subsequente, conforme previsto na Constituição Estadual.

O projeto seguiu para a Comissão Mista.

O POPULAR - GO • impresso • tce-go
18/06/2026 03:00

Governo decide atender despesas adicionais dos poderes e órgãos

Visualizar notícia

POLÍTICA

Governo decide atender despesas adicionais dos poderes e órgãos

TETO DE GASTOS Executivo envia texto com limite individual de entes e inclui incrementos criados até 30 de junho, além dos valores já previstos para 2026

Rubens Salomão
rubens.salomao@opopular.com.br

Will Rosa / Alego



Secretária Renata Noleto: 2026 passa a ser "novo ano base" do teto

O governador Daniel Vilela (MDB) encaminhou nesta quarta-feira (17) o projeto de lei que estabelece a divisão do teto global de gastos do estado entre os poderes e órgãos autônomos, com base nos critérios em vigor desde janeiro, com a adesão ao Plano de Pleno Pagamento das Dívidas dos Estados (Propag). O texto atende às principais demandas apresentadas por alguns dos entes estaduais desde o fim do ano passado, já que inclui no limite de despesas primárias, todo o valor referente ao orçamento de 2026, além dos créditos adicionais vigentes até 30 de junho.

Apesar de ter sido lida em plenário, em cumprimento ao primeiro passo para a tramitação da proposta na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), a matéria do Executivo não foi incluída na pauta de reunião da Comissão Mista, realizada logo após a sessão ordinária.

A secretária estadual da Economia, Renata Noleto, afirma que a redistribuição do teto global do estado não considerou a base de cálculo referente a 2021 para avaliação dos limites dos poderes e órgãos autônomos, mas definiu um novo marco referente ao orçamento de 2026.

"O projeto define orçamento, com eventuais suplementações até o dia 30 de junho para os poderes e estabelece esse marco para todos. Assim, o teto do ano de 2026 passa a ser como um novo ano base. A partir de 2027, esse orçamento vai seguir os reajustes previstos nas regras de variação do teto do Propag, que são a aplicação do IPCA e até 70% da variação positiva da receita primária. Estamos trazendo todo mundo para o mesmo cenário", afirma a secretária da Economia.

Procurado pelo POPULAR, o presidente da Alego, Bruno Peixoto (UB), avisou pela assessoria que não trataria do assunto nesta quarta-feira. Segundo apuração da reportagem, a Diretoria Financeira da Casa ainda avalia o texto e realiza projeções financeiras.

Já a Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO) apontou, em nota, que os termos definidos pelo governo estadual atendem às demandas do órgão. "O projeto encaminhado permitirá que a Instituição execute seu orçamento aprovado para o ano de 2026", aponta. Já o Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) não respondeu ao pedido de manifestação sobre a redistribuição do teto de gastos.

Os três entes protagonizaram debate com o governo estadual, iniciado logo após a adesão de Goiás ao Propag, ainda na gestão do ex-governador Ronaldo Caiado (PSD), e mantido nos últimos 50 dias, desde a transição para a gestão de Daniel Vilela. Os poderes mantiveram tratativas com a Secretaria de Economia para ampliar o teto de gastos em 2026. No caso da DPE-GO, a articulação feita busca R$ 99,5 milhões além do limite estabelecido pelo Propag.

Criado pela Lei Complementar nº 212/2025, o Programa prevê que todos os poderes e órgãos independentes devem cumprir isoladamente um teto de gastos , diferentemente do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), quando o teto era apurado para o conjunto dos poderes. O limite global de despesas do estado, pelos novos termos, não pode exceder à do exercício de 2021, corrigido pelo IPCA. Se houver aumento da receita primária, o teto pode ser aumentado em 50% do crescimento real, em caso de déficit, ou em 70%, em caso de resultado positivo.

Pelas regras objetivas do Propag, a Defensoria poderia executar R$ 121 milhões em 2026, mas o orçamento aprovado para este ano soma R$ 220,5 milhões. A instituição alega que ampliou sua estrutura entre 2021 e 2026, com a implantação ou expansão das unidades na capital, em Aparecida de Goiânia, Anápolis, Valparaíso de Goiás, Luziânia, Águas Lindas de Goiás e Trindade.

Já a Alego manteve pressão sobre o Executivo por uma expansão do seu teto de gastos em R$ 110 milhões, o que levaria o limite de despesas correntes para R$ 948 milhões neste ano. A intenção era retomar a inclusão dos valores referentes ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional da Alego (Femal) no montante medido em 2021, que é o ano base para o cálculo do teto de gastos.

De acordo com o texto do projeto, a regra única para o cálculo do teto de gastos individualizado dos entes define o "valor máximo de despesas primárias sujeitas a limitação", com o objetivo de seguir a determinação do Propag de que todos os poderes devem cumprir o limite, com critérios próprios definidos por lei estadual.

> *"Tem essa liberdade de redistribuir para acomodar as demandas de cada poder ou órgão, porque o objetivo é que o estado cumpra o teto"*
>
> **Renata Noleto, secretária da Economia**

"A partir do exercício de 2027, os limites individualizados de 2026 do TJ-GO, da Alego, do TCE-GO, do TCMGO, do MP-GO e da DPE-GO, serão atualizados anualmente pelo mesmo porcentual aplicável ao limite global anual de despesas primárias do estado, no âmbito do Propag", estipula a proposta.

MARGEM DE AJUSTE

Já o próprio Poder Executivo funcionará como uma margem de ajuste para o cumprimento do limite estadual global. "Corresponderá, em cada exercício, à parcela residual do limite global anual de despesas primárias do estado, resultante da diferença entre esse limite global anual e a soma dos limites individualizados atribuídos aos demais Poderes e órgãos autônomos", aponta o texto.

"A gente tem essa liberdade de redistribuir para acomodar as demandas de cada poder ou órgão, porque o objetivo é que o estado cumpra o teto. A visão é de estado. Não é interessante que um poder ou órgão autônomo não cumpra o teto. Então, nosso objetivo na hora de redistribuir é trazer esse objetivo comum de cumprimento do teto e de manutenção dentro do Propag, porque os benefícios representam a economia de R$ 26 bilhões em 30 anos, com a dívida sem juros, corrigida apenas pelo IPCA", diz a secretária.

O POPULAR ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
19/06/2026 02:00

Estado lista 12 áreas em 4 municípios para novo fundo imobiliário

Visualizar notícia

Fonte original

Relação tem imóveis em Goiânia, Pirenópolis, Santa Helena e Pires do Rio; mais valorizada fica no Setor Jaó, com 161 mil m²

Entrada de área no Setor Jaó: posse do terreno retomada pelo governo (Guilherme Alves / O Popular)

ouvir matéria
O governo estadual definiu as primeiras 12 áreas que deverão ser aportadas para a criação dos Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e mantém estudos sobre a situação de outras 4, que poderão integrar o possível processo de alienação e transferência dos patrimônios.

Na lista preliminar, confirmada pela Secretaria Estadual de Administração (SEAD), oito imóveis ficam em Goiânia, duas em Santa Helena, além de outras em Pirenópolis e Pires do Rio. A criação dos fundos foi proposta em projeto de lei enviado pelo Executivo à Assembleia Legislativa de Goiás (Alego).

Ao total, as áreas totalizam 1,3 quilômetro quadrado e somam apenas aquelas que já estão desafetadas e sem uso (veja o quadro ao lado). O governo, no entanto, não divulgou os valores de avaliação dos imóveis, mas a reportagem apurou que a área mais valorizada está no Setor Jaó, em frente à sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), onde funcionava antiga escola de tênis e hípica, com 160,9 mil metros quadrados.

No início do segundo mandato do ex-governador Ronaldo Caiado (PSD), a área era utilizada pela Federação Goiana de Tênis e pela Sociedade Hípica de Goiânia. O governo atuou para retomar a posse dos terrenos e aguardava o processo da criação dos fundos para inclusão, diante do entendimento de que é uma região altamente valorizada pela localização estratégica, especialmente pela proximidade com o aeroporto da capital.

O projeto de lei do Executivo aponta que o total de 16 áreas, incluindo as que ainda estão em estudo, somaria valor de R$ 604 milhões. Também na Avenida Ubirajara Berocan Leite, no Setor Jaó, há uma outra área de 35 mil metros quadrados, também tida entre as mais cobiçadas pelo mercado imobiliário. O maior imóvel está localizado em Pires do Rio, na rodovia GO-352, no Setor Industrial, com 684 mil metros quadrados.

"A seleção inicial considerou critérios como localização, situação jurídica, potencial construtivo, vocação econômica e capacidade de geração de valor, permitindo a estruturação de uma carteira de referência", afirmou a SEAD, ressalvando que até mesmo a lista preliminar pode passar por ajustes.

O governador Daniel Vilela (MDB) confirmou que a relação de áreas ainda poderá ser alterada a depender da avaliação do gestor privado do futuro Fundo de Investimento Imobiliário, que será escolhido por licitação. "Até porque esse fundo, você inicia com esses imóveis, mas à medida que vai despertando por parte do gestor imobiliário outros imóveis em que há uma demanda por parte do mercado imobiliário, você integra dentro do fundo. Depois disso, é buscar as parcerias que vão rentabilizar esse imóvel para o estado", afirmou, em entrevista coletiva na terça-feira (16).

Como antecipado pelo POPULAR , o governo pretende entregar para a iniciativa privada a gestão de áreas públicas com potencial de rendimento a partir de novos empreendimentos imobiliários. O projeto de lei, ainda em tramitação na Assembleia Legislativa, estabelece que o governo será cotista majoritário em todos os fundos e continuará com a prerrogativa de decidir quais imóveis serão cedidos para os investimentos.

O texto define que a administração "manterá, direta ou indiretamente, a maioria das cotas de cada FII, e será vedada a perda do controle estatal majoritário, salvo mediante autorização legislativa

específica". Os fundos permitem a aplicação em ativos do setor imobiliário e, para os investidores, permite a participação em grandes empreendimentos, como shoppings, prédios comerciais, residenciais e galpões logísticos, sem a compra direta de um imóvel.

De acordo com a proposta, os imóveis avaliados poderiam alcançar o valor geral de vendas de R$ 10,3 bilhões, com potencial para gerar receitas de R$ 1,24 bilhão ao governo estadual , com base no possível modelo de desenvolvimento imobiliário estruturado.

Tramitação

A proposta foi encaminhada pelo Executivo no dia 09 de junho, mas ficou parada na Comissão Mista desde então, sob pedido de vistas dos deputados de oposição Major Araújo (PL) e Antônio Gomide (PT). Os parlamentares apresentaram emendas na comissão com o objetivo de rejeitar o projeto, mas as sugestões foram negadas por voto em separado do líder do governo, Talles Barreto (UB).

Depois da aprovação pelo colegiado, o projeto chegou a entrar em discussão no plenário da Alego nesta quinta-feira (18), em primeiro turno, mas voltou a receber emenda de Antônio Gomide, o que levou a matéria para apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que deve se reunir na terça-feira (23), quando os opositores poderão prorrogar a tramitação por mais 24 horas, com novo pedido de vistas.

Gomide sustenta que o texto tem "grave deficiência" ao retirar o controle legislativo sobre os imóveis que serão efetivamente transferidos ao fundo , além de criticar a previsão, definida pelo artigo 8º do projeto, para que a alienação ou transferência das áreas públicas ao fundo imobiliário ocorra por meio de decreto do governador, ao invés de autorização legislativa individual. "Trata-se, em essência, de um cheque em branco legislativo, que enfraquece o controle parlamentar e o princípio da publicidade e da responsabilidade na gestão dos bens públicos", argumentou o petista.

Talles respondeu o opositor e garantiu que a transferência de cada área deverá passar por autorização legislativa. O governista ainda alegou que deverá fazer a inclusão no projeto da lista de áreas analisadas pelo Executivo.

O POPULAR ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
18/06/2026 16:36

Imóveis do governo a serem negociados em fundo imobiliário têm até 684 mil metros quadrados; veja lista

Visualizar notícia

Fonte original

Relação preliminar inclui oito áreas de Goiânia; mais valorizada fica localizada próxima ao TCE-GO, no Setor Jaó, com 161 mil metros quadrados

Fabiana Pulcineli

18 de junho de 2026 às 13:23
Modificado em 18/06/2026, 13:31
Imagem de área em frente ao TCE-GO e ao Centro de Treinamento do Vila Nova que será incluída em fundo imobiliário do governo estadual (Reprodução Google Maps)

Oito imóveis de Goiânia integram lista preliminar divulgada pelo governo de Goiás para entrar nos Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs), cuja criação foi proposta em projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa de Goiás (Alego). Ao total, são 12 áreas, que totalizam 1,3 quilômetro quadrado.

Apesar de anunciar inicialmente 16 áreas, a gestão estadual disse que os demais casos estão em estudo e a lista com 12 diz respeito àquelas que já estão desafetadas e sem uso.

A Secretaria Estadual de Administração (Sead) não divulgou os valores de avaliação dos imóveis, mas o blog apurou que a área mais valorizada está no Setor Jaó, em frente à sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), onde funcionava antiga escola de tênis e hípica, com 160,9 mil metros quadrados.

Na mesma avenida, há uma outra área de 35 mil metros quadrados, também tida entre as mais cobiçadas.

A maior área está localizada em Pires do Rio, às margens de rodovia, no Setor Industrial, com 684 mil metros quadrados.

"A seleção inicial considerou critérios como localização, situação jurídica, potencial construtivo, vocação econômica e capacidade de geração de valor, permitindo a estruturação de uma carteira de referência", afirmou a Sead, ressalvando que até mesmo a lista preliminar pode passar por ajustes.

Mais adiante, o governo também deve incluir outras áreas, como mostrou O POPULAR no dia 15 . A estimativa da Sead é gerar receita ao Estado de cerca de R$ 1,24 bilhão.

Veja abaixo a lista detalhada:

Antiga Agrodefesa - Jardim Oeste - Santa Helena de Goiás -- Área de 48.400,00 m²
GO-164 - nº 787, Setor Industrial, Santa Helena de Goiás -- Área de 24.200,00 m²
Setor Grajaú - Zilda Arns - Rua da Vitória - Goiânia -- Área de 238.677,48 m²
Aeroviários - Rua 9, Bairro dos Aeroviários -- Goiânia -- Área de 1.632,65 m²
Chácara Retiro - Avenida Ubirajara Berocan Leite, Setor Jaó - Goiânia -- Área de 35.409,84 m²
Imóvel 44 - Avenida do Contorno, Setor Norte Ferroviário - Goiânia -- Área de 15.440,96 m²
Hípica e Tênis -- Antiga Escola de Tênis - Avenida Ubirajara Berocan Leite, Setor Jaó -- Área de 160.910,57 m²
Parque das Laranjeiras - Avenida Dom Fernando e Avenida Professor Alfredo de Castro, Chácara do Governador - Goiânia -- Área de 25.205,29 m²
Usina de Sementes da Agrodefesa - Rua Floresta, Jardim Bela Vista -- Goiânia - Área de 13.995,01 m²
Antigo Clube da Telegoiás - Rua João Correia Lima, Cidade Jardim - Goiânia (GO) - Área de 54.526,61 m²

Antigo Dergo - Avenida Benjamin Constant esquina com Rua Jussara, Vila Cintra - Pirenópolis - Área de 9.600,00 m²
Imóvel no Setor Industrial - Pires do Rio -- Área de 684.709,87 m²

***

E-mail: fabiana.pulcineli@opopular.com.br

*Twitter: @fpulcineli *

*Instagram: @fpulcineli *

*Facebook: fabiana.pulcineli *